

A farsa que se repete: ataque ao “marxismo cultural” e à educação crítica no Governo Bolsonaro

Carlos Soares Barbosa

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ABSTRACT

In this text I seek to identify the implicit interests of the attacks on the supposed "cultural Marxism", which according to the Bolsonaro's government predominates in the Brazilian public education. Using the method of historical-dialectical materialism, I conclude that the intention of these attacks is to legitimize the interruption of recent social advances, ensure the appropriate conditions for capitalism and institute uncritical training for the working class, in order to prevent questions and social manifestations that would address the worsening of the social inequality, thus maintaining Brazilians dependent of capitalism.

Keywords: Bolsonaro Government, Brazil, cultural Marxism, conservatism, critical education.

Neste texto busco identificar os interesses implícitos dos ataques ao suposto “marxismo cultural” que, segundo o Governo Bolsonaro, predomina na educação pública brasileira. Utilizando-se do método do materialismo histórico-dialético, concluo que a intenção desses ataques é legitimar a interrupção dos recentes avanços sociais, assegurar as condições adequadas para o capital e instituir uma formação acrítica para a classe trabalhadora, a fim de impedir questionamentos e convulsões sociais frente ao agravamento da desigualdade social, mantendo, assim, o capitalismo dependente brasileiro.

Palabras chaves: Governo Bolsonaro, Brasil, marxismo cultural, conservadorismo, educação crítica.

Introdução

Em 1859, no 18 Brumário, Marx alertara que a história se repete, a primeira vez como tragédia, e a segunda como farsa. Porém, a história do tempo presente tem demonstrado que tragédia e farsa vêm caminhando sordidamente de mãos dadas. No Brasil, no Governo de Jair Messias Bolsonaro, a farsa discursiva em nome de “Deus, Pátria e Família” constitui a base de uma tragédia já assistida na história e que se manifesta na atualidade por meio de vários atos: no ataque à democracia, na ofensiva aos direitos sociais e trabalhistas, na criminalização dos movimentos sociais, no estímulo à violência e à homofobia, na desvalorização da diversidade cultural brasileira, na negação do racismo estrutural, no desrespeito às convenções internacionais para a preservação ambiental, na ofensiva ao pensamento crítico, à ciência, às universidades, somada ao desprezo ao valor da vida das populações pobres que se traduz no negacionismo da gravidade da pandemia da Covid-19, que faz do Brasil o palco de uma tragédia anunciada pelos cientistas.

A compreensão dos fenômenos político, econômico, social e cultural exige do pensamento um esforço em analisá-los no conjunto das múltiplas mediações e no movimento histórico e dialético que os determinam. Demanda reconhecer, por um lado, as imbricações entre sujeito-objeto e a impossibilidade da neutralidade do cientista social, especialmente quando se trata da história do tempo presente; e por outro, evitar as armadilhas de uma análise excessivamente ideológica, caracterizada pela polarização do “nós contra eles”. Por essa perspectiva, busco nesse texto analisar o atual Governo Bolsonaro, iniciado em janeiro de 2019, utilizando-se das categorias de análise do materialismo histórico e dialético, formulado por Marx (1988), por considerar que o método possibilita-nos compreender os fenômenos sociais no movimento de sua constituição e para além da sua aparência, pseudoconcreticidade e exterioridade (Kosik, 2002), entendendo o referido Governo como um produto histórico concreto, constituído por um conjunto de relações e contradições.

Vianna (2019) e Guirado (2019) destacam que um elemento presente no discurso do atual presidente desde a época da campanha eleitoral é o viés ideológico conferido aos opositores, acrescida da convicção de banir o socialismo, o marxismo e qualquer tentativa de pensamento de esquerda. Esse discurso, como buscarei demonstrar, parte da crença da existência de um plano conspiratório em execução pelos seguidores do marxismo, com o objetivo de implantar o comunismo por meio de mudanças gradativas na cultura e a internalização dos dogmas da esquerda, visando alterar o comportamento, a mentalidade e a visão política da população. Em síntese, a expressão “marxismo cultural” tem sido utilizada pela extrema direita - cristãos fundamentalistas, ultraconservadores,

supremacistas - para designar as mudanças sociais e culturais ocorridas nas últimas décadas, principalmente em relação às questões de gênero e sexualidade. O que não deixa de ser uma grande contradição, visto que as relações de gênero e as questões da sexualidade humana não foram temas de análise de Marx e do marxismo. Por essa razão, o ataque feito ao suposto “marxismo cultural” - vinculando-o a tentativa de implementar à “chamada ‘ideologia de gênero’, a cultura do politicamente correto, a ampliação de direitos, a liberdade sexual e o multiculturalismo” (Moya, 2019) - possui interesses que precisam ser compreendidos para além da aparência.

Embora a ideia de transformar a sociedade para o modelo comunista através da mudança dos costumes e dos valores culturais não exista nas teorias de Marx e dos filósofos marxistas, essa ideia é acompanhada pela extrema direita brasileira que, através de uma cópia equivocada e mal traduzida, acusa o “marxismo cultural” de promover uma profunda mudança no plano dos costumes, provocando a desmoralização das instituições, o ataque à família tradicional e aos valores judaico-cristãos, além de estimular o “uso de drogas, o agnosticismo, o relativismo moral e cognitivo, a permissividade, (...) o estímulo às transgressões [...], aborto, as famílias “não-tradicionais” e as “novas sexualidades” (De Paola, 2015, p. 98).

No Brasil, o termo “marxismo cultural” passou a adquirir expressividade através dos discursos e do programa de campanha de Bolsonaro à presidência da República, em 2018. Do mesmo modo que o ex-presidente americano Donald Trump estava convencido que a cultura estadunidense era dominada pela ideologia marxista, o atual chefe do Executivo brasileiro também acredita que o mesmo fenômeno ocorre no país, afirmando que “nos últimos trinta anos o marxismo cultural e suas derivações como o gramscismo se uniu às oligarquias corruptas para minar os valores da Nação e da família brasileira” (Bolsonaro, 2018, p.8). Assim, mobilizado por uma visão de mundo reacionária e tomando o “marxismo cultural” como o grande mal a ser combatido, o que se assiste após quase dois anos de governo é a permanência das práticas e da retórica discursiva de estímulo ao ódio e de confronto aos adversários da esquerda, seja com o gesto de imitar com as mãos o disparo de uma arma, seja com afirmações de que os esquerdistas “não merecem ser tratados como se fossem pessoas normais, como se quissem o bem do Brasil” (Notícia Militar, 2020).

“Blindado” pela ocupação dos militares que ocupam postos no alto escalão governamental, para Cardoso Jr. (2019) a manutenção dessa tática política de violência verbal e de enfrentamento da sociedade é uma forma de escamotear as contradições do seu grupo político, formado por militares, conservadores tradicionalistas, ultraliberais e cristãos fundamentalistas, como retratado de forma resumida no Quadro 1, elaborado pelo próprio Cardoso Jr., (2019, p. 167).

Núcleos de Poder	Desempenho geral de ocupação do poder do Estado	Posições e orientações gerais para a Ação governamental e as políticas públicas
1.Núcleo midiático-ideológico-diversionista	1.1 Clã dos Bolsonaro 1.2 Olavistas ¹ 1.3 segmentos de igrejas evangélicas	Manter a dissonância cognitiva, a moral dos bolsonaristas em alta, dando a eles representatividade e amparo psicológico ao ideário conservador que sustentou a campanha eleitoral. Fidelizar os seguidores do bolsonarismo, desviar a atenção, causar indignação e tristeza entre os progressistas, enquanto os núcleos 2 e 3 colocam em prática suas agendas. Valorização da mediocridade travestida de intelectualidade.
2.Núcleo jurídico-policial-militar	2.1 Lavajatistas ² 2.2 Militares (forças armadas e aparato policial-repressivo) 2.3 Segmentos do poder judiciário	Composto por profissionais alinhados ao projeto de poder, sabem operar o Direito e a máquina repressiva do Estado a seu favor. Dar sustentação aos outros dois núcleos, por meio da abertura de processos civil e penal contra adversários, mobilizando instrumentos jurídicos, fiscalizatórios e intimidatórios do

¹ Refere-se aos seguidores de Olavo de Carvalho, um ex-astrólogo e autointitulado filósofo conhecido por suas colunas em jornais, livros e, mais recentemente, por seu canal no youtube. Desprezam a ordem econômica, política e social vigente, os valores de liberdade, justiça e toda a tradição republicana e democrática ocidental. Promovem o ambiente de guerra cultural constante, alimentando o racismo, a lgbtfofia e a misoginia.

² Refere-se aos apoiadores da operação denominada Lava Jato, iniciada em 2014, e que foi “responsável por uma das maiores investigações em combate à corrupção da história mundial e se desenvolveu através de diversos mandados de busca e apreensão, prisões temporárias, prisões preventivas, e conduções coercitivas” (Andreassa Jr. 2018, pp. 201-202). O termo foi dado após a quebra de sigilo bancário de um posto de combustíveis e lava a jato de automóveis, pertencente a uma organização criminosa, comprovar que ele era utilizado para “lavagem de dinheiro” – expressão usada popularmente para o movimento de recursos ilícitos. Com a prisão do doleiro Alberto Youssef foi revelado o envolvimento de partidos políticos, empreiteiras e grandes empresas nacionais, se desdobrando a operação em mais de 40 fases operacionais, autorizadas em sua maioria pelo juiz federal Sérgio Fernando Moro.

		Estado para acuar e amedrontar os opositores da agenda neoliberal.
3.Núcleo econômico-liberal-fundamentalista	3.1 Fundamentalistas de mercado (todo o setor financeiro e segmentos dos setores produtivos) 3.2 Latifundiários 3.3 Segmentos da burocracia pública	Formado por neoliberais fundamentalistas, tem como objetivo colocar em prática a agenda do mercado. Essa agenda consiste em: abertura da economia ao capital estrangeiro, ajuste fiscal pelo lado da despesa, com privatizações amplas e rápidas, redução do papel do Estado na regulação da atividade econômica, na prestação de serviços e no fornecimento de bens e programas sociais, desregulamentação e rebaixamento do trabalho e máxima desvinculação orçamentária possível. Tentativa de fundamentação científica de interesses particulares a partir de uma pseudo superioridade da economia dogmática como instrumentação técnica.

Quadro 1: Frações de classe no poder o Governo Bolsonaro

Reveladora é a (quase) ausência no discurso do atual presidente de referência às desigualdades sociais e ao alto índice de desemprego, assim como de uma política educacional, cultural, de saúde, de habitação, de assistência social, de geração de trabalho e renda, entre outras. Além do ataque desrespeitoso aos grupos de oposição política, o que se assiste é a prioridade conferida à política econômica conservadora e neoliberal, assentada na privatização, no ataque aos direitos sociais, nas reformas trabalhista e previdenciária que sacrificam os trabalhadores em nome da acumulação do capital, aliada a uma política de segurança baseada no confronto em detrimento de uma política investigativa e preventiva, que tem vitimado moradores das favelas, principalmente jovens e negros.

Nesse sentido, a questão que tem sido cara para os pensadores do campo político da esquerda brasileira é: depois de 14 anos de governança do Partido dos Trabalhadores (PT) e considerando os relativos avanços conquistados pela classe trabalhadora em termos de direitos e do poder de negociação dos movimentos sociais e entidades representativas às agendas e pautas historicamente reivindicadas, quais as mediações que possibilitaram a passagem de um governo

simbolicamente vinculado aos interesses das camadas populares para um governo de extrema direita?

Não se trata, decerto, de um fenômeno tipicamente brasileiro, uma vez que a história ocidental tem sido marcada por momentos de interrupção abrupta da democracia e a instauração de ditaduras civis e militares, seja por meio de golpes ou pelo voto. O nazismo, o fascismo, a recente onda de extrema direita na Europa e o governo norte-americano de Donald Trump retratam bem isso.

Levitsky e Ziblatt (2018) ressaltam que atualmente as democracias não morrem por meio de golpes militares e pelas mãos de generais, mas por ação de líderes eleitos que promovem a escalada do autoritarismo através do enfraquecimento lento e constante das instituições críticas. Nessa mesma direção, Brown (2019) resalta que atualmente ocorre um sistemático ataque da classe plutocrática às instituições democráticas como forma de garantir seu poder político e sua própria posição.

Este é o atual contexto brasileiro, no qual se verifica uma crescente perseguição política e restrição orçamentária dirigida às universidades públicas, bem como a cooptação/transmutação de instituições que antes serviam para salvaguardar a Constituição e refutar todo tipo de ameaça às garantias constitucionais. Com o novo Procurador Geral da República, Augusto Aras, e as trocas efetuadas no alto escalão da Polícia Federal, muitos dos quais constituídos por pessoas que transitam no núcleo familiar de Bolsonaro, aprofunda-se o caráter seletivo da Justiça brasileira e o contexto da “pós-democracia”, caracterizado, conforme Casara (2017), por uma democracia constituída por instituições “ocas”, de fachada, que ainda existem apenas para sugerir às pessoas e aos demais países que permanecemos numa democracia, mas que, na prática, não funcionam para garantir os direitos, a pluralidade e o próprio Estado de direito.

Feitas essas considerações iniciais, busco aqui analisar o atual Governo Bolsonaro no conjunto das correlações de forças existentes, centrando a análise na guerra ideológica acerca de um suposto projeto no âmbito cultural com o objetivo de implantar o comunismo no Brasil e que tem servido para fomentar uma divisão entre os/as brasileiros/as. Na retórica que constitui o “marxismo cultural” como o principal inimigo da Nação configuram como comunistas não só os que se vinculam ao progressismo e a justiça social, como também a mídia e a educação, consideradas os principais meios de divulgação das ideias da esquerda.

Este texto parte do pressuposto de que o ataque ao “marxismo cultural” é um dos sustentáculos do atual projeto político e societário, alinhado a aprofundar a especificidade histórica brasileira de capitalismo dependente - uma das formas do desenvolvimento capitalista nos quais se associam as formas nacionais e estrangeiras de capitalismo financeiro, que resulta em uma “economia de mercado capitalista duplamente polarizada, destituída de autossuficiência e possuidora, no

máximo, de uma autonomia limitada” (Fernandes, 1975, p. 24). É este desenvolvimento desigual, segundo o autor, que faz com que haja no país a coexistência de tempos desiguais do capitalismo, imbricada entre o arcaico e o moderno, em diferentes estágios de evolução econômica.

O presente texto se estrutura em três partes. Na primeira parte, discorre sobre a gênese do termo “marxismo cultural”, mostrando que a suspeita de uma suposta conspiração comunista sempre esteve presente no imaginário social dos conservadores norte-americanos e brasileiros. Na segunda, retrata o atual projeto político e societário brasileiro, iniciado com o golpe institucional de 2016 e caracterizado pela aliança entre o neoliberalismo e o neoconservadorismo, do qual o combate ao “marxismo cultural” é um dos seus sustentáculos. Na terceira e última parte reflete os impactos do ataque ao “marxismo cultural” na política educacional, demonstrando que este ataque é uma das estratégias para impedir os recentes avanços sociais, incluindo os educacionais, o que contribui para aprofundar a especificidade histórica brasileira de capitalismo dependente.

A genealogia do “marxismo cultural”

Na concepção dos conservadores, o “marxismo cultural” tem suas origens no pensamento dos filósofos Antonio Gramsci e Georg Lukács. Na busca de compreender as novas configurações do poder nas sociedades ocidentais e as razões para a não ocorrência da sublevação internacional da classe operária para a derrubada do capitalismo, como prevista por Marx, Gramsci e Lukács promoveram após a Primeira Guerra Mundial uma nova interpretação do materialismo histórico, deslocando o eixo de análise do econômico para o cultural. Para Gramsci e Lukács, não são as relações econômicas que determinam a moral, a política, o direito, a religião, a família, a estética, enfim, a cultura da sociedade, mas “o contrário, é a cultura burguesa que determina que as relações econômicas sejam capitalistas” (Moya, 2019). A partir do conceito de “falsa consciência”, de Marx, compreenderam que a cultura pode atuar como um tipo de véu que impede a classe operária de enxergar os seus “verdadeiros interesses”, sendo a hegemonia cultural um dos mecanismos de dominação burguesa.

Posteriormente, os intelectuais estabelecidos no Instituto de Pesquisa Social vinculado à Universidade de Frankfurt também realizaram uma nova interpretação à teoria de Marx. Entre eles, os filósofos Theodor Adorno, Herbert Marcuse e Max Horkheimer, que a partir de uma Teoria Crítica da sociedade consideravam insuficiente a crítica à economia política para entender os diversos aspectos do cotidiano social europeu do século XX, direcionando, inclusive, duras críticas aos regimes totalitários, sejam de direita (nazismo e fascismo) ou de esquerda (stalinismo soviético). Tendo como bases teóricas o marxismo e a

psicanálise freudiana, os frankfurtianos foram acusados pelos nazistas de influenciar o movimento modernista na Alemanha, considerada uma arte degenerada, “impura” e ofensiva ao regime nacionalista de Hitler (Arouche, 2008)³.

Mediante a essa batalha ideológica, quando os nazistas chegaram ao poder, em 1933, não só fecharam o Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt, cuja sede passou a funcionar em Genebra e uma filial foi aberta na França naquele mesmo ano, como também suprimiram o movimento modernista e suas obras, queimando livros em praças públicas, além de perseguir e prender professores, artistas e curadores que se identificavam com formas de arte desaprovadas pelo governo. No intuito de conquistar o consenso da maioria acerca da dura repressão ao (suposto) inimigo, era comum nos discursos dos nazistas a associação entre a arte moderna alemã e o bolchevismo, utilizando-se do termo bolchevismo cultural para designar toda produção intelectual que não se colocasse a serviço de suas tendências políticas. Em contrapartida, os nazistas instituíram a chamada arte nacional e a usaram como instrumento de propaganda governamental e de difusão das concepções de supremacia racial. E mais, no intuito de defenestrar a arte moderna, realizaram em 1937, em Munique, a exposição intitulada Arte Degenerada (*Entartete Kunst*, em alemão), que foi assistida por mais de 42 milhões de pessoas. Nela, as obras confiscadas de artistas modernistas como Pablo Picasso, Henri Matisse, Piet Mondrian, entre outros, foram expostas de modo desordenado e ao lado de fotos de doentes mentais, apresentadas por comentários políticos moralizantes e títulos alterados (Santos e Pelegrini, 2017). Observa-se que tudo era válido para conquistar a adesão ao projeto nazista, inclusive mentir e distorcer os fatos, pois como indicava Joseph Goebbels, Ministro da Propaganda do Governo Hitler, “uma mentira dita cem vezes se torna verdade” (Carbinatto, 2020).

Com a perseguição nazista, os intelectuais da Escola de Frankfurt abandonaram o país e refugiaram-se nos Estados Unidos; inicialmente em Nova York, atuando na Universidade de Columbia, e depois na Califórnia. Desde então, a presença dos intelectuais frankfurtianos nas universidades norte-americanas tem despertado a desconfiança dos conservadores, que os responsabilizam de mentores intelectuais dos atuais movimentos na luta por direitos (negros,

³ Yeda Arouche, em entrevista concedida para Márcia Junges, expõe a genealogia desse movimento. Informa que “em 1927, Alfred Rosenberg, principal teórico do nacional-socialismo, publica vários ensaios acusando a livre e subjetiva estética moderna de desequilíbrio e de alienação, iniciando um processo de massificação dessa ideia. No ano seguinte, o arquiteto e teórico Paul Schultze-Naumburg edita seu livro ‘Arte e Raça’, no qual - usando a força da linguagem visual - apresentava um paralelismo entre imagens de enfermos e desequilibrados mentais com as pinturas modernistas, a fim de imputar degeneração à arte. Em 1929, Rosenberg funda a Liga de Combate pela Cultura Germânica. Estava montado o pano de fundo sobre o qual os nazistas desqualificariam a arte expressionista equiparando-a ao conceito de arte degenerada”.

mulheres, LGBTQIs, ambientalistas), do “politicamente correto” e do multiculturalismo - todos entendidos como pautas da esquerda (Trigueiro, 2020). Ou seja, para os conservadores, todos os males da cultura ocidental - feminismo, ação afirmativa, liberação sexual, decadência da educação tradicional, multiculturalismo e ambientalismo - são decorrentes da influência ardilosa do “marxismo cultural”.

Bianchi (2018) informa que a expressão “marxismo cultural” foi cunhada em ambientes intelectuais conservadores norte-americanos na década de 1990, difundida por Paul Weyrich, fundador do *think tank* conservador Free Congress Foundation (FCF), e por William Lind, chefe do Centro para o Conservadorismo Cultural da FCF, com o intuito de questionar a influência dominante da Escola de Frankfurt nas universidades americanas.

A desconfiança de uma suposta “infiltração comunista” na sociedade norte-americana não é um fenômeno recente. Foi ela que motivou a instituição, em 1938, da Comissão Parlamentar destinada a investigar as atividades comunistas na administração pública, no sistema educacional e na indústria cultural. A denominada House Un-American Activities Committee (HUAC) culminou com o corte de verbas federais para as artes e levou centenas de artistas de todos os setores ao desemprego, sobretudo os do teatro. Sintomática também foi a fundação do America First Party, em 1943; partido de tendência ideológica abertamente neofascista e que “retomou a campanha de denúncias de judeus, comunistas e simpatizantes da União Soviética em Hollywood” (Costa, 2019).

Com o início da chamada Guerra Fria, em 1947, a perseguição aos “comunistas” voltou a crescer nos Estados Unidos. Como assevera Bianchi (2015), principalmente após o ex-editor da revista *Time*, Whittaker Chambers, em 1948, declarar que havia um grupo de comunistas agindo no Departamento de Estado. Esta declaração foi o suficiente para que o senador Joseph McCarthy iniciasse uma implacável perseguição aos comunistas, induzindo a população a denunciar os “traidores da pátria”, mesmo que sem provas. Perseguição, censura, falsas acusações e constrangimento público foram alguns dos métodos utilizados pelo senador contra os denunciados. Devido aos “exageros” cometidos, em dezembro de 1954 o Senado votou uma moção de censura contra ele. Porém, apesar de McCarthy ter sido derrotado e tenha vindo a falecer três anos mais tarde, a ideia de uma ameaça comunista sobreviveu no imaginário coletivo norte-americano e adquiriu uma nova expressão a partir da década de 1990.

Jay (2011) destaca três momentos na construção da histeria neoconservadora contra o “marxismo cultural” na década de 1990. Primeiro, o ensaio de Michael Minnicino, publicado em 1992 na Revista *Fidelio*, intitulado “New Dark Age: Frankfurt School and Political Correctnes” (Nova Idade das Trevas: Escola de Frankfurt e Correção Política), que fez com que o termo passasse

a ser discutido pelo setor mais conservador da direita, além de disseminar a teoria. Em segundo, a exibição na televisão, em 1999, do documentário “Political Correctness: The Frankfurt School” (Correção Política: a Escola de Frankfurt), montado por William Linch, que usou o depoimento gravado pelo professor Martin Jay, um dos principais estudiosos da história da Escola de Frankfurt, mas que foi inescrupulosamente adulterado como forma de “apresentar” ao público as teses obscuras do “marxismo cultural”. O terceiro momento foi a publicação do livro “The Death of the West”, de autoria de Patrick Buchanan, publicado em 2001, onde afirma literalmente que a Escola de Frankfurt propaga o “marxismo cultural”.

A farsa de uma conspiração marxista foi sendo gradativamente internalizada e partilhada entre os setores conservadores da sociedade americana. Argumentam que o objetivo do “marxismo cultural” é promover a revolução não mais por meio do uso da força e da revolução armada, mas sim através da revolução cultural, o que seria possível com a destruição dos valores tradicionais e da cultura ocidental, alicerçada no cristianismo e na família, a fim de enfraquecer a resistência do Ocidente ao comunismo. E por ser a família a primeira identidade moral em que os indivíduos são inseridos constitui o primeiro alvo a ser atacado por esse plano conspiratório. Assim, o “marxismo cultural”, além de intentar destruir a “família tradicional” busca subverter os princípios cristãos através da valorização da homossexualidade e de outros valores e comportamentos que os conservadores consideram “degenerados”.

Não obstante os conservadores norte-americanos afirmam que a gênese da revolução cultural reside na elaboração teórica de Gramsci e Lukács, atacam prioritariamente os intelectuais da Escola de Frankfurt identificados à chamada Teoria Crítica, acusados de serem os mentores do projeto conspiratório de minar a civilização ocidental e cristã. A acusação feita aos frankfurtianos se deve por direcionarem sua crítica, entre outros, à cultura de massa produzida pela “indústria cultural”, que de acordo com Adorno e Horkheimer é utilizada para manipular o público e transmitir a cultura e a ideologia burguesa, funcionando para estimular o consumo (mola propulsora do capitalismo industrial) e embotar a dor de seu sofrimento. Esta manipulação e internalização da ideologia burguesa ocorrem porque o consumo dos meios de comunicação em massa é feito de forma passiva, pois em vez de formar leitores críticos produz a alienação da população, levando o espectador a não pretender encontrar no consumo da mídia de massa nada além do entretenimento. Como informa Jay (2008), divertir-se significa estar de acordo. O resultado é a massificação absoluta dos produtos culturais e a homogeneização dos comportamentos da sociedade, servindo para prolongar a alienação e os modos de dominação ideológica da classe dominante sobre a classe trabalhadora.

Para os frankfurtianos, portanto, a dominação capitalista não ocorre apenas pela apropriação dos meios de produção (dominação econômica), mas também no âmbito cultural, ao modelar a mentalidade e a visão política das pessoas. Igualmente, consideram que a religião, em especial a Igreja Católica, cumpre um importante papel no processo de impedir o desvelamento da opressão e da dominação na sociedade capitalista, contribuindo, conseqüentemente, para arrefecer o fervor revolucionário. É com base nessas ideias que os cristãos fundamentalistas acusam os frankfurtianos e o “marxismo cultural” de quererem destruir os valores cristãos.

Essa guerra ideológica contra o “marxismo cultural” contou ainda com a participação de uma ala expressiva da Igreja Católica, liderada pelo cardeal Joseph Ratzinger, que veio a ser mais tarde o Papa Bento XVI. Entre 1981 e 2005, Ratzinger comandou a divisão do Vaticano denominada Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé - criada em 1965 e que desde a década de 1990 tem se posicionado no combate à “ideologia de gênero” (Miskolci e Campana, 2017). Deturpando o pensamento marxista, tal como feito pelos nazistas, os reacionários católicos afirmam que a “ideologia de gênero é um conjunto de ideias falsas, marxistas, que objetivam aniquilar a ‘família natural’, fomentando a libertinagem, a união homoafetiva e a pedofilia” (Costa, 2019).

Todavia, essa batalha no campo das ideias não está desassociada da base material e objetiva da existência humana. A retomada do embate ao marxismo na década de 1990 no coração do capitalismo não é obra do acaso. Ocorre no momento que se consolida o capitalismo globalizado e a hegemonia neoliberal, com a prevalência do capital financeiro-rentista e improdutivo. Entender minimamente a aliança entre o neoliberalismo e o neoconservadorismo possibilita-nos uma melhor compreensão do projeto político e societário plutocrático em execução no Brasil, iniciado com o golpe institucional de 2016, no qual o Governo Bolsonaro é o seu mais fiel executor.

O golpe institucional de 2016 e a instituição do projeto neoconservador brasileiro

Junto à intensificação do pensamento reacionário e anti-humanista há o fortalecimento do pensamento que assegura ao mercado o motor da evolução social e o mecanismo mais eficaz de satisfação das necessidades humanas. Brown (2019) chama a atenção para o fato de que o conservadorismo faz parte da arquitetura original do neoliberalismo, tendo em vista que os neoliberais sempre defenderam que a família, a propriedade privada e a autoridade (leia-se: a moralidade tradicional) devem ser a base da legislação social. Portanto, a aliança entre o moralismo de mercado e o conservadorismo cristão não é um fenômeno

recente e nem exclusivamente brasileiro. São estratégias que têm sido acionadas pelos detentores do capital em diversas partes do globo com o intuito de reduzir o ônus da crise econômica de 2008, das quais o discurso do medo - em relação ao colapso financeiro, à inflação, ao desemprego, ao terrorismo, à imigração, à mudança climática e à destruição dos valores familiares - tem sido disseminado pelos candidatos da direita, que então se apresentam como garantia do conforto e da segurança de que as pessoas necessitam. Desse modo, como afiança Giannetti, “quanto mais ameaçador o candidato pinta o futuro, mais fácil fica vender a ideia da ordem, da rigidez, da segurança, da polícia” (2016, p. 286). Ou seja, a promessa de recuperar um mundo estável, seguro, homogêneo, organizado por valores cristãos e patriarcais cria a base necessária para o autoritarismo. Sendo assim, o “marxismo cultural” é uma narrativa coerente que “dá sentido aos medos alimentados pelos pequenos e médios empresários, profissionais liberais e trabalhadores autônomos profundamente afetados pela crise econômica e pelas transformações recentes” (Bianchi, 2018).

Em decorrência desse discurso, recrudescem no mundo ocidental a xenofobia, o anti-intelectualismo e os movimentos inspirados na ideologia nazifascista. A recente onda de extrema direita na Europa, o ex-governo Trump nos Estados Unidos e o Governo Bolsonaro no Brasil são algumas expressões dessa conjuntura.

O vigente ultraconservadorismo político, econômico, social e cultural brasileiro tem origem na crise estrutural do capital e nos movimentos juvenis de 2013. Os efeitos da crise expuseram não só os limites do projeto novo desenvolvimentista e as contradições da política de coalizão ampliada dos governos petistas, como também a fratura na base do Governo Dilma Rousseff. O capital financeiro e as elites brasileiras, compostas principalmente por setores neoliberais e neoconservadores, insatisfeitos com a redução dos lucros ocasionada pela crise de 2013 e inconformados com a derrota de seu projeto político na eleição de 2014, passaram a produzir um golpe institucional que contou com o apoio majoritário de membros do Legislativo, do Judiciário e da grande mídia capitalista - importante aparelho privado de hegemonia da atualidade. Passaram a difundir na opinião pública a ideia da crise econômica como consequência (exclusiva) das ações do Partido dos Trabalhadores, isto é, da corrupção, da má gestão do dinheiro público e de um Estado benevolente e excessivamente assistencialista, que gastava mais do que arrecadava. O golpe institucional foi consolidado em 2016 com o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, dando início ao Governo de Michel Temer (2016-2018). Golpe este que, em comum com os demais, contém “os interesses do capital, o apoio da mídia empresarial, o suporte do Judiciário e o apelo moral, arma reiterada de manipulação da grande massa a quem se negou sistematicamente o conhecimento escolar básico” (Motta e Frigotto, 2017, p. 365).

Após o golpe, o ultraconservadorismo econômico volta a adquirir materialidade no país. A partir de então, a política de privatização, o ajuste fiscal, o arrocho econômico dirigido às classes populares e aos funcionários públicos, com exceção dos setores da Justiça e da Segurança Pública, o enxugamento dos gastos públicos com as políticas sociais (saúde, educação, trabalho, lazer, segurança, moradia, previdência social, entre outras) são apresentados como solução para retomada do crescimento econômico do país. Sob o argumento de conter os gastos com as políticas sociais e objetivando garantir ao capital financeiro-rentista as condições estruturais necessárias para o aprofundamento do processo de acumulação, inicia-se no Congresso Nacional um conjunto de emendas constitucionais e reformas, entre as quais destacam-se: a EC 95/2016, que congela por 20 anos o teto de investimento em saúde, educação, cultura, habitação; a reforma trabalhista, que alterou diversos pontos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e a Lei da Terceirização (Lei nº 13.429/2017).

Com a retomada da política neoliberal, explicitamente antissocial e de combate ao Estado social, as primeiras medidas adotadas após o golpe visaram, ainda, a reconfiguração do Estado brasileiro. Nesse sentido, são reveladores a redução ministerial e o enfraquecimento relativo ocorrido no Governo Bolsonaro de temas e áreas consideradas estratégicas nos Governos de Lula e Dilma, a saber: Trabalho e Emprego; Presidência Social; Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Cultura; Esporte; Desenvolvimento Agrário, Secretaria de Direitos Humanos; Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão.

Em relação ao aspecto ideológico e cultural, para fazer frente a uma suposta doutrinação de esquerda o bloco ultraconservador no poder passou a colocar em execução um conjunto de medidas no campo da cultura e da educação, com vistas a impedir o desenvolvimento do pensamento crítico, os valores democráticos, o respeito à diversidade humana e a afirmação dos direitos humanos. Essas medidas antidemocráticas têm sido ampliadas no Governo Bolsonaro, muitas das quais alimentadas por meio de *fake news*, isto é, “relatos pretensamente factuais que inventam ou alteram os fatos que narram e que são disseminados, em larga escala, nas mídias sociais, por pessoas interessadas nos efeitos que eles poderiam produzir” (Gomes e Dourado, 2019, p.35). Com propósitos fundamentalmente políticos, ainda segundo os autores, esse fenômeno está associado à ascensão mundial do movimento conservador de direita, que consiste em desqualificar, em seu próprio benefício, a ciência, a universidade e o jornalismo – instituições tradicionalmente dotadas de credibilidade para arbitrar sobre o conhecimento socialmente aceito sobre fatos. Como destaca Queiroz,

Esse tipo de fenômeno foi largamente utilizado na eleição de Donald Trump em 2016, nos Estados Unidos, no plebiscito que decidiu pela saída do Reino Unido da União Europeia, e no Brasil, na eleição de Jair Bolsonaro. Trata-se de um fenômeno que geralmente surge e se expande em ambiente de polarização política, de disputas acirradas em torno de crenças, ideologias e valores, com elevado grau de fundamentalismo. Vários episódios no Brasil – como as manifestações de junho de 2013, as denúncias de corrupção da Operação Lava Jato, o *impeachment* da ex-presidente Dilma, a prisão de Lula, o assassinato da vereadora Marielle, a greve dos caminhoneiros – contribuíram para criar um ambiente propício às *fake news* (2020, s/p.).

Tamanha foi a utilização de fatos inverídicos para influenciar a discussão e o discurso públicos na campanha presidencial de 2018, que em setembro de 2019 foi instalada a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) das *Fake News*, com o objetivo de investigar, entre outros assuntos, a existência de uma rede de produção e propagação de notícias falsas e o assédio virtual nas redes sociais. Segundo os depoimentos de antigos aliados de Bolsonaro, alguns de seus assessores e apoiadores da chamada "ala ideológica" do governo atuavam/atuam em "milícias digitais", isto é, rede de ataques virtuais que utilizavam/utilizam de perfis falsos para propagar desinformação, campanhas difamatórias e intimidar críticos do governo. Ainda de acordo com as testemunhas, o denominado "gabinete do ódio" funcionava/funçiona dentro do Palácio do Planalto e seria comandado por dois filhos do Presidente (Mello, 2020).

Essa prática, decerto, coloca em xeque a sobrevivência da democracia, sobretudo em países caracterizados pela fragilidade da política democrática, como é o caso do Brasil. A história mostra que a mentira e a distorção dos fatos são táticas usadas pelos conservadores, em aliança com os militares autoritários, para suspender a democracia e justificar o governo autocrático.

Foi em nome do Plano Cohen - um suposto documento atribuído aos comunistas que continha o projeto para derrubar o governo - que a ditadura varguista do Estado Novo (1937-1945) foi instituída, realizando uma perseguição implacável aos comunistas. Todavia, em 1945, o próprio chefe do Estado Maior, general Góis Monteiro, informou que o Plano Cohen não passava de um documento forjado pelo capitão do exército Olimpo Mourão Filho, chefe do serviço secreto da Ação Integralista Brasileira (AIB), para justificar a permanência de Vargas no poder. Anos depois, o esquerdismo e a ameaça de insurreição comunista serviram novamente de pretextos para o golpe desferido contra a democracia e a implantação da ditadura militar-empresarial no país (1964-1985). Sob o pretexto dessa ameaça e com o apoio financeiro dos norte-americanos, algumas organizações foram criadas com o claro propósito de empreender ações contra a política reformista do Governo João Goulart, além de combater alguns

movimentos existentes e desmoralizar a esquerda. Entre elas, o Centro Anticomunista das Mulheres Democráticas, o Movimento Sindical Democrático (MSD), o Movimento Anticomunista (MAC) e o Comando de Caça aos Comunistas. Vale salientar o argumento da democracia nos próprios nomes das organizações e movimentos que, contraditoriamente, defendem a autocracia, a centralização do poder e a restrição dos direitos civis e políticos.

Essa é uma farsa que se repete no tempo presente, uma vez que, tal como no passado, o Governo Bolsonaro e a extrema direita utilizam-se da defesa da democracia como justificativa para o autoritarismo e o ataque às instituições democráticas. Porém, como já destacara Harvey (2008), um dos pontos de confluência entre o neoconservadorismo e o programa neoliberal de governança é a desconfiança da democracia, por considerarem que os valores democráticos são incompatíveis com as necessidades do mercado por trazerem consigo a permissividade e o abalo da moral e dos valores superiores contidos no “nacionalismo cultural, na retidão moral, no cristianismo (de uma certa modalidade evangélica), nos valores familiares e em questões de direito à vida” (Harvey, 2008, p.47). Novamente, uma iminente ameaça de subversão da ordem é usada para perseguir e intimidar todos que ousam construir um Brasil com mais justiça social e com ampliação de direitos; exatamente por reconhecerem, conforme previsto na Constituição, que todas as pessoas, independentemente de sua crença, raça, gênero, sexualidade, posição política, condição econômica, local de moradia e faixa etária são detentores de direitos, cabendo ao Estado resguardá-los e exigir o seu efetivo cumprimento (BRASIL, 1988). A farsa discursiva do “marxismo cultural” é usada para defenestrar os cidadãos brasileiros que questionam as consequências sociais produzidas pelo neoliberalismo e por uma economia, em diálogo com Brown (2019), que garante à plutocracia o monopólio do poder sem precisar recorrer às instituições democráticas.

Na farsa discursiva da extrema direita para conquista do consentimento passivo/ativo da maioria constata-se que a correspondência aos fatos parece tornar-se dispensável. Foi isso que se assistiu durante o nazifascismo na Alemanha, o fascismo na Itália, o macarthismo nos Estados Unidos e nos períodos de ditadura no Brasil, quando os generais do exército afirmavam que “para salvar o Brasil era necessário agir, mesmo fora da lei, mas em defesa das instituições e da própria lei deturpada” (Cárceles, 1993, p. 279). Como se observa, para os antidemocráticos, em uma guerra, o caráter do inimigo é inventado e imaginado de forma a legitimar o tipo de ataque que se pretende consumir (Otoni, 2019). É por essa perspectiva que acusam a educação pública de propagar as ideias comunistas.

Marxismo cultural e o desmonte da educação crítica

Na concepção dos conservadores, ao deslocarem o eixo de análise do econômico para o cultural, Gramsci e Lukács buscaram imprimir uma nova estratégia para a implantação do comunismo. Sobretudo, porque os acontecimentos após a Primeira Guerra Mundial demonstraram que o proletariado não cumpriria a tarefa histórica que lhe era atribuída, podendo a revolução ocorrer pela ação de qualquer grupo de trabalhadores a partir da tomada da consciência da opressão exercida pelas elites econômicas e políticas. Algo que, segundo os neomarxistas, pode ser favorecido com a mudança no panorama cultural das massas e a instituição de um novo senso comum.

Por essa perspectiva, os intelectuais se constituem na nova classe revolucionária. Não se trata da intelectualidade tradicional, mas de uma nova especialidade - denominada por Gramsci de "intelectuais orgânicos". Embora essa concepção tenha sido formulada pelo pensador italiano em uma época histórica diferente, os conservadores afirmam que na atualidade há um grupo de intelectuais orgânicos que atua para difundir sua ideologia de classe e determinar como as pessoas comuns devem agir e pensar. De Paola (2015) assevera que o "exército" dos intelectuais orgânicos é constituído por profissionais de vários setores (professores, artistas, editores, jornalistas), que de forma sutil e subliminar moldam as mentalidades, os valores, o comportamento, os hábitos e os sentimentos das pessoas de todas as faixas etárias, com vista a hegemonia comunista. Argumenta que foi por meio dessa estratégia que o "marxismo cultural" passou a influenciar as distintas esferas da sociedade - mídia, artes, escola, universidades, editoras, entre outras -, sendo preciso livrá-las da insidiosa influência da ideologia da esquerda. Decorre desse pensamento a acusação de doutrinação dirigida aos professores que fundamentam sua prática na pedagogia histórico-crítica (Saviani, 2011) e na filosofia freireana. O Programa de Governo Bolsonaro (2018, p. 46), na sessão reservada à educação, destaca que "um dos maiores males atuais é a forte doutrinação".

Nesse sentido, é no âmbito das políticas educacionais que as lógicas obscurantistas, autoritárias e de redução do Estado por meio de políticas privatistas a médio prazo se fazem presentes de forma mais radical. Além de ignorar dados de pesquisas sobre a educação brasileira, há uma total ausência de proposições para problemas como o financiamento da educação, a evasão escolar, os altos índices de analfabetismo entre jovens e adultos, o baixo desempenho dos estudantes nas avaliações institucionais e a gestão educacional.

Tudo indica que essas não são as prioridades do atual Governo, pois, com base no pronunciamento feito na cidade de Washington (Estados Unidos), em março de 2019, Bolsonaro deixa claro que o objetivo é destruir os avanços sociais e

projetos implementados nos Governos Lula da Silva e Dilma Rousseff, afirmando que “Nós temos é que desconstruir muita coisa. Desfazer muita coisa para depois começarmos a fazer. Que eu sirva para que, pelo menos, eu possa ser um ponto de inflexão, já estou muito feliz” (Marin, 2019).

Ao associar os projetos e avanços sociais como herança “maldita” de um governo populista, corrupto e formado por “esquerdopatas”, a ofensiva se manifesta em diferentes aspectos. Um deles é a retração orçamentária da educação e da ciência, como se observa no gráfico 1, com base nos valores totais previstos no Projeto de Lei Orçamentária Anual de cada ano, excluídas as reservas de contingência.

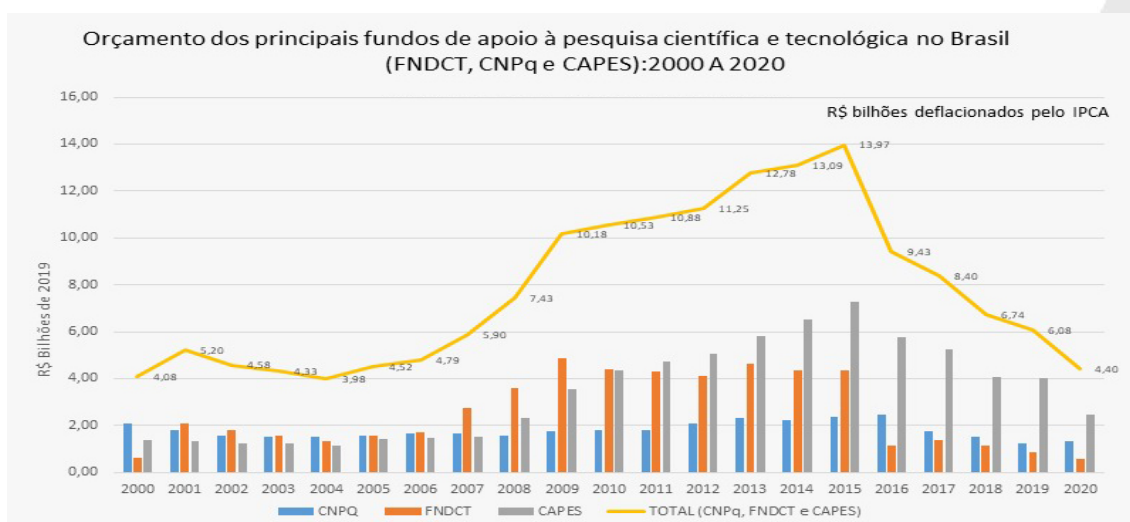


Gráfico 1: Orçamento dos principais fundos de apoio à pesquisa científica e tecnológica no Brasil (FNDCT, CNPq e CAPES 2000 a 2020). Fonte: SIOP. Elaboração: Fernanda De Negri- Ipea in Escobar (2019).

Afora a redução orçamentária, educação e ciência passaram a sofrer um agressivo ataque ideológico, que se expressa, entre outras ações, na deslegitimação do pensamento científico, na desvalorização da universidade pública e no término de algumas políticas e programas educacionais federais, principalmente, os destinados aos jovens, adultos e idosos. Barbosa e Silva (2020) afirmam que a Educação de Jovens e Adultos (EJA) é a modalidade da Educação Básica que tem perdido progressivo espaço na agenda governamental desde o golpe de 2016 e adquirido total invisibilidade nas políticas do Ministério da Educação (MEC) do Governo Bolsonaro, apesar da existência de cerca de 11,3 milhões de brasileiros analfabetos com 15 anos ou mais, o que correspondente a 6,8% da população (IBGE, Pnad-C, 2019). Esse quantitativo aumenta para 38 milhões de pessoas, de 15 a 64 anos, quando se considera os chamados analfabetos funcionais, isto é, pessoas com níveis de aprendizagens abaixo dos mínimos socialmente necessários

em tarefas cotidianas de leitura, escrita e cálculo para que possam manter e desenvolver as competências características do alfabetismo. Em face de um projeto político e societário em que os direitos humanos não têm nenhuma garantia e movido pela lógica neoliberal de redução dos investimentos públicos com as políticas sociais, dos R\$ 74 milhões previstos para EJA apenas R\$ 16,6 milhões foram investidos no primeiro ano de Governo Bolsonaro, o equivalente a 22% do total, conforme dados do Sistema Integrado de Operações (SIOP). Para 2020, a previsão que constava no Projeto de Lei do Orçamento Anual do governo federal era de R\$ 25 milhões (Passos, 2019; Revista Cariri, 2019).

É possível perceber o vínculo entre o neoliberalismo e o conservadorismo nas ações do MEC, que se estruturam sobre três pilares, como ressaltam Nacif e Filho (2019): militarização, privatização e combate ao “marxismo cultural”. Quanto a este último, na concepção do presidente Bolsonaro e dos ex-ministros da Educação, Velez Rodriguez e Abraham Weintraub, a baixa qualidade da educação brasileira - atestada pelos baixos resultados dos estudantes nas avaliações institucionais - é ocasionada pelo predomínio do “marxismo cultural” e da pedagogia da libertação de Paulo Freire nas escolas públicas do país. Em seu discurso de posse, em 02 de janeiro de 2019, Ricardo Velez reafirmou que acabar com o “marxismo cultural” e com a ideologia de gênero nas escolas eram alguns de seus objetivos, pois, segundo ele, “a ideologia globalista passou a destruir um a um os valores culturais que regem o país, família, igreja, estado, pátria e escola” (Tajra e Andrade, 2019).

Nessa mesma direção, seu sucessor, Weintraub, defendia que era preciso expurgar o “marxismo cultural” das universidades. No período em que esteve à frente do MEC, entre abril de 2019 e junho de 2020, acirrou a guerra ideológica contra um inimigo imaginário, o suposto “comunismo doutrinador”, além de eleger os professores como inimigos, buscando apresentá-los para a opinião pública como responsáveis pela ideologização de crianças e adolescentes e as universidades públicas como espaço de “balbúrdias”⁴ e consumo de drogas. De um certo modo, suas ideias já tinham sido apresentadas na Cúpula Conservadora das Américas, evento organizado pelo deputado Eduardo Bolsonaro, em dezembro de 2018, quando defendeu que os militantes de direita para vencer os embates teóricos com os militantes de esquerda não deveriam fazer uso de premissas racionais e sim de xingamentos, seguindo o mesmo comportamento de Olavo de Carvalho - guru de uma ala de apoiadores de Bolsonaro (Isto é Dinheiro, 2019).

⁴ Referindo-se aos eventos políticos, manifestações partidárias, festas ou outros tipos de “bagunça” que acontecem no ambiente universitário, como pessoas do movimento “sem-terra dentro do campus e gente pelada”, segundo Weintraub (Agostini, 2019).

Não por acaso, a agressividade ideológica e o desprezo à democracia tenham sido algumas das principais características da gestão de Weintraub no MEC, com pronunciamentos em que defendeu o fechamento do Supremo Tribunal Federal (STF) e comentários depreciativos sobre a China e os chineses (leia-se comunistas) publicados nas redes sociais. Sem diálogo com os secretários de educação das Unidades da Federação e ausente nas discussões legislativas sobre temas importantes, como a renovação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), principal mecanismo de financiamento à Educação Básica, os reais problemas da educação brasileira não foram priorizados e enfrentados. Sua permanência no MEC se justificou tão somente pelo seu alinhamento com a guerra cultural empreendida pelo Governo Bolsonaro e que conta com apoio dos ultraconservadores brasileiros.

Um dos desdobramentos da guerra contra o “marxismo cultural” no campo educacional tem sido o ataque sistemático nas redes sociais contra o educador Paulo Freire, que culminou com a apresentação na Câmara dos Deputados do Projeto de Lei (PL) nº 1930/2019, de autoria do deputado Heitor Freire. O objetivo era revogar a Lei nº 12.612/2012 que confere a Freire o título de patrono da educação brasileira. Na justificativa da PL, o deputado afirma que o “modelo freiriano de educação é celebrado pela insubordinação do aluno perante o professor [...]. A péssima situação da educação brasileira revela por si só os resultados catastróficos da adoção dessa plataforma esquerdista de ensino” (Junior, 2019). Nessa mesma direção, o presidente Bolsonaro, em palestra proferida para empresários no Espírito Santo durante a campanha eleitoral, afirmou:

A educação brasileira está afundando. Temos que debater a ideologia de gênero e a Escola sem Partido. [Vou] Entrar com um lança-chamas no MEC para tirar o Paulo Freire de lá”. E complementou: “Eles defendem que tem que ser crítico. Vai lá no Japão, vai ver se eles estão preocupados com o pensamento crítico (Paiva, Haddad e Soares, 2019, p. 3).

Essa intenção está explicitada no Plano de Governo Bolsonaro, onde ressalta que “Além de mudar o método da gestão, na Educação também precisamos revisar e modernizar o conteúdo. Isso inclui a alfabetização, expurgando a ideologia de Paulo Freire” (Bolsonaro, 2018, p. 46). E tendo em vista que os adeptos do chamado “marxismo cultural” são acusados de ensinar sexo e “homossexualismo” às crianças, promover a destruição da família, controlar os meios de comunicação visando a enganação em massa, esvaziar as igrejas e incitar o consumo de bebidas, como afirma Costa (2019), setores conservadores das

principais religiões cristãs do Brasil tentam introduzir nos currículos concepções religiosas sobre a criação do universo, anular qualquer discussão sobre gênero e sexualidade, relativizar fatos históricos como o nazismo e a ditadura civil-militar brasileira, além de suavizar a escravidão brasileira pelo entendimento de que não foi tão violenta como a historiografia a retrata.

A intencionalidade dessas ações e discursos é legitimar a redução das verbas destinadas à educação pública, e, conseqüentemente, toda sua potencialidade transformadora na relação dialética com a sociedade, pois como ensina Freire “se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda” (2000, p. 67). Daí o desinvestimento na educação pública que afeta significativamente sua qualidade social.

No seu discurso de posse à Presidência da República, Bolsonaro deixou claro o tipo de escola que deve ser oferecida para a classe trabalhadora: “escolas capazes de preparar seus filhos para o mercado de trabalho e não para a militância política” (Vianna, 2019). Ainda de acordo com o autor, “a ideia de uma educação voltada para formar empregados, e não cidadãos, é a mais ideológica das mensagens anti-ideologia de Bolsonaro”. Por essa perspectiva, a guerra ao “marxismo “cultural” e ao pensamento crítico é parte da estratégia do bolsonarismo para conduzir a reforma na educação brasileira, combatendo consigo “a educação emancipatória, o politicamente correto, a denúncia do racismo, o respeito à diversidade, a igualdade de gênero, o combate à pobreza e a defesa dos direitos humanos” (Nacif e Filho, 2019, p. 240).

No documento da Base Nacional Comum Curricular da Educação Básica, aprovado no Governo Temer, e nas novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica (Resolução CNE/CP nº 02/2019), instituídas no Governo Bolsonaro, foram excluídas as discussões sobre diversidade, gênero, raça, sexualidade e desigualdade socioeconômica, revelando que a implementação da “escola da mordça” começa a se configurar nos documentos oficiais, conforme as recomendações do Movimento Escola Sem Partido, criado em 2004 e que ganhou notoriedade a partir de 2015 (Frigotto, 2017). Ao deslegitimar a reflexão de tais questões na escola sob a acusação de “marxismo cultural”, o bolsonarismo contribui para o aprofundamento da desigualdade social e uma maior exposição à violência de grupos historicamente vulneráveis em termos de classe social, gênero, raça, regionalidade, nacionalidade, escolaridade e orientação sexual. São o que demonstram os fatos recentes.

Nos últimos dois anos a população indígena, negra, LGBTQIs e mulheres viram crescer as ameaças e a legitimação da violência a que estão mais expostos. Dados do relatório da Comissão da Pastoral da Terra, por exemplo, indicam que em 2019 o número de indígenas assassinados nos conflitos no campo foi o maior

nos últimos 11 anos, com aumento de 14% em relação a 2018 e 22% nas ameaças de morte. Cabe registro que de 9 indígenas assassinados, 7 eram lideranças.

Em 2019 houve também um aumento de 7,3% de casos de feminicídios - crimes de ódio motivados pela condição de gênero -, o que levou o Brasil a figurar entre os cinco países do mundo em número de casos de assassinato de mulheres, ficando atrás apenas de El Salvador, Colômbia, Guatemala e Rússia (Velasco; Caesar; Reis, 2020). Também cresceram os casos de assassinatos e de violências originários de homofobia e transfobia; crescimento este que se constata desde o período da campanha presidencial de Jair Bolsonaro, conforme assevera o ex-coordenador da extinta Diretoria de Promoção dos Direitos LGBT do Ministério dos Direitos Humanos. Isto, porque parte dos eleitores de Bolsonaro passaram a se sentir empoderados para fazer justiça com as próprias mãos, motivados pelos discursos proferidos à época em que ele era deputado federal (Sobrinho, 2019). Este quadro tende a se agravar com a permanência de discursos feitos pela alta cúpula do governo, como o do atual Ministro da Educação, Milton Ribeiro, que em entrevista ao jornal "O Estado de São Paulo", publicada em 24 de setembro de 2020, afirmou que o adolescente que muitas vezes opta por andar no caminho do homossexualismo⁵ vem, algumas vezes, de "famílias desajustadas" (Soares, 2020).

Ademais, cabe destacar, que a população negra é a principal vítima da violência institucional no país, correspondendo a 75% das mortes decorrentes da ação policial, como demonstram dados da Rede de Observatórios da Segurança (Grellet, 2020).

Distorcer a história brasileira a fim de justificar um projeto societário em que os direitos humanos não têm nenhuma garantia, aliado ao negacionismo da existência do racismo estrutural, da opressão, da misoginia, do machismo, do aumento da pobreza e da desigualdade econômico-social é compactuar com a ocorrência do aprofundamento da vulnerabilidade de expressiva parcela da população. Impedir que essas questões sejam problematizadas e discutidas nas escolas, em nome de um falso projeto conspiratório com base no "marxismo cultural", contribui para rachar o país e dividir os/as brasileiros/as, não só em termos ideológico-políticos, mas principalmente, em diálogo com Mbembe (2016), entre os quem têm direito de viver e os que, destituídos de humanidade, são submetidos a condições de vida que lhes conferem o status de mortos-vivos, podendo assim ser facilmente descartáveis, conforme determinado pela atual necropolítica do Governo Bolsonaro.

⁵ Termo considerado preconceituoso, pois remete a "doença" por causa do sufixo *ismo* e desde 1973 a Associação Americana de Psiquiatria retirou a homossexualidade da lista de doenças.

Considerações finais

*“Memória de um tempo onde lutar por seu direito
É um defeito que mata...”*

(Luiz Gonzaga Junior - Gonzaguinha)

A violação dos direitos humanos dos segmentos historicamente mais vulneráveis tem sido uma constante no Brasil do tempo presente. Retrocedemos a um tempo em que não só o pensamento crítico e científico tem sido restringido e atacado, como também a possibilidade de organização/reivindicação por novos direitos volta a configurar “um defeito que mata”, como sinaliza a epígrafe acima, fragmento da letra da música escrita por Gonzaguinha na década de 1970, contexto da ditadura civil-militar no país. O culto à violência física e simbólica por parte do atual Presidente da República e a ausência de políticas públicas dirigidas a determinados grupos da sociedade fazem parte da necropolítica em execução, destinada a legitimar a morte e a opressão contra os povos indígenas e quilombolas, os moradores de favelas e periferias, a população LGBTQI, as mulheres e as pessoas que vivem abaixo da linha da pobreza e em estado absoluto de miséria.

O argumento de que a luta por ampliação de direitos faz parte de uma conspiração marxista para destruir a civilização ocidental desvela a farsa que se perpetua ao longo da história, qual seja, a de negar a existência da exploração e da opressão a que milhares de pessoas de todos os cantos do globo estão submetidas, reservando apenas à uma minoria o direito à dignidade humana e à vida decente. Essa é a tragédia vivenciada cotidianamente por milhares de brasileiros/as, produzida pelas classes dominantes e dirigentes, de origem escravista e colonizadora. E para se manterem no poder e garantirem a governabilidade é preciso impedir que os herdeiros da senzala reivindiquem maior participação política e se reconheçam como sujeitos de direitos. Para cercear o questionamento e a construção do pensamento crítico das massas deslegitimam a ciência, sucateiam as escolas, denigrem a imagem do patrono da educação brasileira (respeitado e referenciado mundialmente), transformam os professores em inimigos e os acusam de doutrinadores. Afinal, como sinaliza um jargão que se popularizou no país a partir de 2016, “a casa grande surta quando a senzala aprende a ler”. Principalmente, quando aprende a ler o mundo por meio da consciência crítica e nele intervém por meio da práxis, como potencializa a filosofia freireana e a pedagogia histórico-crítica.

Nesse sentido, as ações do Governo Bolsonaro, o ataque ao “marxismo cultural”, às Ciências Humanas, ao pensamento crítico, à Educação Básica e às universidades são estratégias do projeto político e societário que tem entre seus

objetivos impedir os recentes avanços sociais alcançados durante os governos do PT, além de criar as condições necessárias para uma maior acumulação capitalista e aprofundar a especificidade histórica brasileira de capitalismo dependente. Não por acaso, o número de bilionários no Brasil tem aumentado nos últimos dois anos, como mostram os dados da Revista Forbes, fazendo agravar o *apartheid* social. E para evitar questionamentos e manifestações dos trabalhadores, submetidos as relações de trabalho cada vez mais precarizadas, faz-se necessário que a crescente desigualdade social seja por eles naturalizada. Impedir a problematização e a sua compreensão para além da aparência é o objetivo do Governo Bolsonaro e do bloco histórico no poder, daí o progressivo ataque feito à educação crítica. Assim, o que se esconde por traz da ofensiva ao suposto “marxismo cultural” é o projeto de uma formação restrita para a maioria dos trabalhadores, baseada em rudimentos de leitura e escrita. Essa é uma das muitas tragédias e farsas que se repete no Brasil no tempo presente.

Bibliografia

- AGOSTINI, Renata. “MEC cortará verba de universidade por 'balbúrdia' e já enquadra UnB, UFF e UFBA”. *Estadão*, 30 de abril de 2019. <https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,mec-cortara-verba-de-universidade-por-balburdia-e-ja-mira-unb-uff-e-ufba,70002809579> [data de consulta 12/03/2021].
- ANDREASSA JR., Gilberto. "Impactos da operação 'Lava Jato' no Estado democrático de direito". *Revista Internacional de Direito Público*, Belo Horizonte, v. 4, jan.-jun. 2018. (pp.199-221).
- AROUCHE, Yeda. “Perseguição nazista à arte: o modernismo como arte ‘degenerada’”. Entrevista especial concedida para Márcia Junges”. *Instituto Humanitas Unisinos*, edição 265, 21 de julho de 2008. <http://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/20-artigo-2008/1963-yeda-arouche> [data de consulta 25/02/2021].
- BARBOSA, Carlos Soares - Jaqueline Luzia da, SILVA. “Reflexões sobre a destituição do direito à educação de jovens, adultos e idosos no Brasil no tempo presente”. *Revista Humanidades e Inovação*, v.7, n.19, 2020. (pp. 139-153).
- BIANCHI, Alvaro. "Bucley Jr., Kirk e o renascimento do conservadorismo nos Estados Unidos" in VELASCO, Sebastião - André Kaisal Gustavo, CODAS (coord.) *Direita volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo, Perseu Abramo, 2015. (pp. 247-259).
- BIANCHI, Alvaro “Olavo de Carvalho é efeito da nova direita e não sua causa. Entrevista especial concedida para Patricia Fachin”. *Instituto Humanitas*

- Unisinos*, 19 de dezembro 2018. <http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/585547-olavo-de-carvalho-e-um-efeito-da-nova-direita-e-nao-sua-causa-entrevista-especial-com-alvaro-bianchi> [data de consulta 10/12/2020].
- BOLSONARO, Jair Messias. *O caminho da prosperidade. Proposta de plano de governo constitucional, eficiente, fraterno*, 2018. https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000614517//proposta_1534284632231.pdf [data de consulta 17/02/2019].
- BRASIL, *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF, Senado Federal, 1988.
- BROWN, Wendy. *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente*. Tradução: Mario A. Marino e Eduardo A. Camargo Santos. São Paulo, Politeia, 2019.
- BUCHANAN, Patrick J. *The Death of the West: How Dying Populations and Immigrant Invasions Imperil Our Country and Civilization*. St. Martin's Publishing Group, 2001.
- CARBINATTO, Bruno. "Quem foi Joseph Goebbels, líder nazista citado por Secretário da Cultura". *Super Interessante*, 17 janeiro 2020. <https://super.abril.com.br/historia/quem-foi-joseph-goebbels-lider-nazista-citado-por-secretario-da-cultura/>
- CÁRCERES, Florival. *História do Brasil*. São Paulo, Moderna, 1993.
- CARDOSO JR., José Celso. "Desmonte do Estado no governo Bolsonaro: menos república, menos democracia e menos desenvolvimento" in VARIOS AUTORES (coord.) *Brasil: incertezas e submissão?* São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2019 (pp. 151-169). <https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2019/09/Brasil-incertezas-e-Submiss%C3%A3o-Epub1.pdf> [data de consulta 10/03/2020].
- CASARA, Rubens Roberto Rebello. *Estado pós-democrático: neo-obscurantismo e gestão dos indesejáveis*. São Paulo, Civilização Brasileira, 2017.
- COSTA, Iná Camargo. "O marxismo cultural e a paranoia americana". *Outras Palavras*. 09 de outubro de 2019. <https://outraspalavras.net/historia-e-memoria/o-marxismo-cultural-e-a-paranoia-americana/> [data de consulta 17/06/2020].
- DE PAOLA, Heitor. *O eixo do mal latino-americano e a nova ordem mundial*. 2 ed. Rio de Janeiro, Observatório Latino, 2015.
- ESCOBAR, Herton. "Pesquisadores alertam para risco de desmonte da ciência no Brasil". *Jornal da USP*, 11 de outubro de 2019. <https://jornal.usp.br/universidade/politicas-cientificas/pesquisadores->

- alertam-para-risco-de-desmonte-da-ciencia-no-brasil/ [data de consulta 20/02/2020].
- FERNANDES, Florestan. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. 2 ed., Rio de Janeiro, Zahar, 1975.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*. São Paulo, UNESP, 2000.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. "A gênese das teses do Escola sem Partido: esfinge e ovo da serpente que ameaçam a sociedade e a educação" in FRIGOTTO, Gaudêncio (coord.) *Escola "sem" partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira*. Rio de Janeiro, UERJ-LPP, 2017. (pp. 17-48).
- GAZETA DO POVO. "No Brasil, mais da metade da população adulta não tem ensino médio". 19 junho 2019. <https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/no-brasil-mais-da-metade-da-populacao-adulta-nao-tem-ensino-medio/> [data de consulta 30/06/2020].
- GIANNETTI, Eduardo. *Trópicos Utópicos: uma perspectiva brasileira da crise civilizatória*. São Paulo, Companhia das Letras, 2016.
- GOMES, Wilson da Silva - Tatiana Maria, DOURADO. "Fake news, um fenômeno de comunicação política entre jornalismo, política e democracia". *Estudos em Jornalismo e Mídia*, vol. 16, n. 2, julho-dezembro, 2019 (pp. 33-45). <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/1984-6924.2019v16n2p33/41754> [data de consulta 02/08/2020].
- GRELLET, Fábio. "Negros são 75% dos mortos pela polícia no Brasil, aponta Relatório". *Uol Notícias*, 15 de julho de 2020. <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2020/07/15/negros-sao-75-dos-mortos-pela-policia-no-brasil-aponta-relatorio.htm?cmpid=copiaecola> [data de consulta 18/08/2020].
- GUIRADO, Marlene. "Entre Discurso e Ato, há muito mais do que se imagina." *Psicologia USP*, vol. 30, 2019 (pp.1-9). <https://www.scielo.br/pdf/pusp/v30/1678-5177-pusp-30-e190027.pdf> [data de consulta 16/06/2020].
- HARVEY, David. "O Estado neoliberal" in Harvey, David. *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo, Edições Loyola, 2008, (pp. 75-96).
- ISTO É DINHEIRO. "Novo ministro da Educação defende expurgo de 'marxismo cultural' de universidades", 08 de abril de 2019. <https://www.istoedinheiro.com.br/novo-ministro-da-educacao-defende-expurgo-de-marxismo-cultural-de-universidades/> [data de consulta 01/04/2021].
- JAY, Martin. *A Imaginação dialética: história da Escola de Frankfurt e do Instituto de Pesquisas Sociais, 1923-1950*. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro, Contraponto, 2008.

- JAY, Martin. *Dialética do contra-iluminismo: a escola de Frankfurt como bode expiatório da franja lunática*, 2011. <http://canisa.org/blog/dialectic-of-counter-enlightenment-the-frankfurt-school-as-scapegoat-of-the-lunatic-fringe> [data de consulta 15/01/2020].
- JUNIOR, Janary. "Projeto revoga lei que declarou Paulo Freire patrono da Educação". *Agência Câmara de Notícias*, 27 de maio de 2019. <https://www.camara.leg.br/noticias/558470-projeto-revoga-lei-que-declarou-paulo-freire-patrono-da-educacao/> [data de consulta 15/08/2019].
- KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. 7 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2002.
- LEVITSKY, Steven - Daniel, ZIBLATT. *Como as democracias morrem*. Tradução: Renato Aguiar. 1 ed., Rio de Janeiro, Zahar, 2018.
- MARIN, Denise Chrispim. "Temos de desconstruir muita coisa, diz Bolsonaro a americanos de direita". *Revista Veja*. 18 de março de 2019. <https://veja.abril.com.br/politica/temos-de-desconstruir-muita-coisa-diz-bolsonaro-a-americanos-de-direita/>
- MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. 3 ed., São Paulo, Nova Cultural, 1988.
- MBEMBE, Achille. "Necropolítica. Arte e Ensaios". *Revista do PPGAV/EBA/UFRJ*, n. 32, 2016. <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993> [data de consulta 15/04/2018].
- MELLO, Patricia Campos. *A máquina do ódio: notas de uma repórter sobre fake news e violência digital*. São Paulo, Companhia da Letras, 2020.
- MISKOLCI, Richard - Maximiliano CAMPANA. "Ideologia de gênero: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo". *Revista Sociedade e Estado*, vol. 32, nº 3, setembro-dezembro, 2017 (pp.725-747) DOI: 10.1590/s0102-69922017.3203008 [data de consulta 15/01/2021].
- MOTTA, Vânia Cardoso - Gaudêncio, FRIGOTTO. "Por que a urgência da reforma do ensino médio? Medida provisória nº 746/2016 (Lei nº 13.417/2017)". *Educação e Sociedade [on line]*, Campinas, vol.38, nº 139, abril-junho, 2017 (pp. 355-372). DOI: <https://doi.org/10.1590/es0101-73302017176606> [data de consulta 12/11/2017].
- MOYA, Isabela. "Marxismo Cultural; o que é isso?" *Politize!*, 16 de outubro de 2019. <https://www.politize.com.br/marxismo-cultural/> [data de consulta 28/04/2021].
- NACIF, Paulo Gabriel Soledade - Penildon, FILHO. "A educação brasileira na mira do obscurantismo e Estado mínimo" in VARIOS AUTORES (coord.) *Brasil: incertezas e submissão?* São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2019 (pp.151-169). <https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2019/09/Brasil-incertezas-e-Submiss%C3%A3o-Epub1.pdf> [data de consulta 11/03/2020].

- NOTÍCIA MILITAR. “Bolsonaro diz que esquerdistas não devem ser tratados como pessoas normais”. 23 de janeiro de 2020. <http://noticiamilitar.com.br/bolsonaro-diz-que-esquerdistas-nao-merecem-ser-tratados-como-pessoas-normais-2/> [data de consulta 07/08/2020].
- OLIVEIRA, Elida. “Mais da metade dos brasileiros de 25 anos ou mais ainda não concluiu a educação básica, aponta IBGE”. *Portal G1*, 19 junho de 2019. <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/06/19/mais-da-metade-dos-brasileiros-de-25-anos-ou-mais-ainda-nao-concluiu-a-educacao-basica-aponta-ibge.ghtml> [data de consulta 15/05/2020].
- OTONI, Pedro. “Crítica da Crítica ao “Marxismo Cultural”. *Carta Capital*, 23 de maio de 2019. <https://www.cartacapital.com.br/blogs/3a-turma/critica-da-critica-ao-marxismo-cultural/> [data de consulta 20/01/2020].
- PAIVA, Jane - Sergio, HADDAD - Leôncio José Gomes, SOARES. “Pesquisa em educação de jovens e adultos: memórias e ações na constituição do direito à educação para todos”. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, vol. 24, 2019 (pp.1-25). DOI: <https://doi.org/10.1590/s1413-24782019240050> [data de consulta: 11/07/2020].
- PASSOS, Letícia. “Um estrago silencioso na educação”. *Revista Veja*. 16 de agosto de 2019. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/educacao/um-estrago-silencioso-na-educacao/> [data de consulta 15/05/2020].
- QUEIROZ, Antônio Augusto de. “O que é fake news, afinal?” *Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar*, 24 agosto de 2020. <https://www.diap.org.br/index.php/noticias/artigos/89989-o-que-e-fake-news-afinal> [data de consulta 28/08/2020].
- REVISTA CARIRI. *No governo Bolsonaro, Educação de Jovens e Adultos tem o menor investimento da década*, 30 de dezembro de 2019. <https://revistacariri.com.br/brasil/no-governo-bolsonaro-educacao-de-jovens-e-adultos-tem-o-menor-investimento-da-decada/> [data de consulta 03/07/2020].
- SANTOS, Lucian Pereira - Sandra de Cássia Araújo PELEGRINI. “Ns-Raubkunst: o saque nazista de obras de arte e suas representações nas narrativas midiáticas”. *VIII Congresso Internacional de História e XXII semana de História*, Universidade Estadual de Maringá (UEM), de 9 a 11 de outubro de 2017. <http://www.cih.uem.br/anais/2017/trabalhos/3840.pdf> [data de consulta 20/01/2021].
- SAVIANI, Dermeval. *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*, 11 ed., Campinas (SP), Autores Associados, 2011.
- SOARES, Jussara. “Volta as aulas não são temas do MEC, diz ministro”. *Estadão Edu*, 24 de setembro de 2020. <https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,voltas-as-aulas-no-pais-e->

- acesso-a-web-nao-sao-temas-do-mec-diz-ministro,70003450120, [data de consulta 25/09/2020].
- SOBRINHO, Wanderley P. “Brasil registra uma morte por homofobia a cada 16 horas, aponta relatório”. *Uol Cotidiano*. <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/02/20/brasil-matou-8-mil-lgbt-desde-1963-governo-dificulta-divulgacao-de-dados.htm?cmpid=copiaecola> [data de consulta 08/09/2020].
- TAJRA, Alex - Hanrrikson, ANDRADE. “Novo ministro critica ‘marxismo cultural’ nas escolas: faz mal à saúde”. *Uol Opinião*. 02 janeiro 2019. <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/01/02/ministro-da-educacao-cita-deus-e-critica-marxismo-cultural-nas-escolas.htm> [data de consulta 07/03/2021].
- TRIGUEIRO, Gabriel. “O que eles falam quando falam de ‘marxismo cultural’?” *Época*. 15 de agosto de 2020. <https://epoca.globo.com/colunistas/coluna-o-que-eles-falam-quando-falam-de-marxismo-cultural-24587006> [data de consulta 18/12/2020].
- VIANNA, Luiz Fernando. “Análise: no discurso de Bolsonaro, ‘Deus é nós’”. *Época*. 02 de janeiro 2019. <https://epoca.globo.com/analise-no-discurso-de-bolsonaro-deus-nos-23339902> [data de consulta 21/03/2020].
- VELASCO, Clara - Gabriela, CAESAR - Thiago, REIS. “Mesmo com queda recorde de mortes de mulheres, Brasil tem alta no número de feminicídios em 2019”. *G1 Monitor da violência*. <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2020/03/05/mesmo-com-queda-recorde-de-mortes-de-mulheres-brasil-tem-alta-no-numero-de-feminicidios-em-2019.ghtml> [data de consulta 07/08/2020].

Carlos Soares Barbosa é Doutor em Políticas Públicas e Formação Humana pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professor Adjunto da Faculdade de Educação e dos Programas de Pós-Graduação em Educação: processos formativos e desigualdades sociais (PPGEdu-FFP) e em Políticas Públicas e Formação Humana (PPFH), ambos da UERJ. Tem como áreas de interesses as Políticas Públicas em Educação, Trabalho e Educação, Educação de Jovens e Adultos.

Contacto: profcarlossoares@gmail.com

Recebido: 30/09/2020

Aceito: 07/05/2021